

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE LIBRAS/PORTUGUES

DENIFER GONÇALVES COSTA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INCLUSÃO
SOCIAL**

APARECIDA DE GOIÂNIA
2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Autorização - Marque uma das opções

1. (x) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 12/01/2024.

Local

Data

Diego Gomes Pereira

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

DENIFER GONÇALVES COSTA PEREIRA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.

**Orientador (a): Prof (a). Ma(a). Ruskaia
Fernandes Mendonça**

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436 Pereira, Dienifer Goncalves Costa
 A importância da educação de jovens e adultos para a inclusão social /
 Dienifer Goncalves Costa Pereira. - Aparecida de Goiânia, 2023.
 45 f.

 Orientadora: Ma Ruskaia Fernandes Mendonça.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2023.

 1. Educação de jovens e adultos - EJA. 2. Inclusão social. 3. Sujeitos
da EJA I. Título.

CDD 374

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

DIENIFER GONÇALVES COSTA PEREIRA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em Pedagogia Bilingue** e desenvolvido na linha de pesquisa **Fundamentos dos Processos Educativos** sob orientação da Professora **Ma. Ruskaia Fernandes Mendonça**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Ma. Ruskaia Fernandes Mendonça (Presidenta - orientadora)

(assinado eletronicamente)

Dra. Daniella Couto Lôbo (Membra Interna)

(assinado eletronicamente)

Dra. Keith Daiani da Silva Braga (Membra Externa)

Documento assinado eletronicamente por:

- Keith Daiani da Silva Braga, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 31/01/2024 16:15:59.
- Ruskaia Fernandes Mendonça, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 31/01/2024 15:52:31.
- Daniella Couto Lobo, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO, em 20/12/2023 15:56:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 490565
Código de Autenticação: 364cb45e4f



“ Porque a sabedoria deste mundo e a loucura diante de Deus. ”

(1 coríntios 3:19)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em minha jornada. Foram quatro anos repletos de aprendizado e conhecimento. Expresso minha gratidão a todos que compartilharam o curso comigo, pois vivemos momentos de grande alegria e diversão.

Um agradecimento especial à minha mãe, cujo apoio e incentivo foram fundamentais ao longo da minha trajetória. Foi graças a ela que me tornei professora, inspirada por sua própria experiência no magistério. Recordo-me da Karla, responsável por introduzir-me à sala de aula. Na primeira vez, senti-me perdida entre as crianças, mas, no final, tudo deu certo.

Quero expressar minha gratidão a todos os professores que contribuíram para o meu aprendizado durante o curso. Foram quatro anos marcados por alegrias, diversões, desafios que me fizeram ponderar sobre desistir, mas com o apoio da minha mãe e do meu marido, alcancei a conclusão do curso.

Agradeço às minhas orientadoras, Profa.Ma(a). Ruskaia Fernandes Mendonça, e Profa. Dra. Aleir Ferraz Tenório, por suas orientações valiosas na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Cada direcionamento e contribuição delas foram essenciais na minha jornada acadêmica.

Também expresso minha gratidão às professoras que compuseram minha banca de avaliação, Profa. Dra. Keith Braga e Profa. Dra. Daniella Lôbo. Suas contribuições foram significativas para o meu aprendizado.

A Fátima e a Selma merecem meu agradecimento por compartilharem tantos momentos de aprendizado, alegrias, diversão, tristeza e risadas. Estivemos sempre lado a lado, independentemente das circunstâncias.

Ao meu marido, dedico meu agradecimento pelo carinho, paciência, apoio e incentivo constantes. Sua presença ao meu lado nesta jornada, suas ajudas e puxões de orelha foram fundamentais para esta conquista.

Obrigada por estar comigo nessa nova etapa da minha vida, e por estar presente nas minhas conquistas e vitória.

RESUMO

A presente pesquisa discute a importância da educação de jovens e adultos na inclusão social de pessoas jovens, adultos e idosos. Dessa forma, questionou-se qual o papel desta modalidade na inclusão de pessoas adultas e jovens que não puderam estudar na idade considerada esperada. Objetivou-se assim, compreender qual a importância da educação de jovens e adultos (EJA) no processo de inclusão social e o papel que a EJA representa na vida dos sujeitos que fazem parte da EJA. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica em obras e artigos que discutem a temática. Foram trabalhados, entre outros autores, Romanelli (2014), Haddad e Di Pierro (2000), Gadotti (2007), entre outros. No primeiro capítulo apresentou-se os aspectos históricos e legais da educação de jovens e adultos, desde o período jesuítico até os dias atuais. No segundo capítulo foi discutido acerca dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. No terceiro capítulo tratou-se sobre a importância das práticas educativas diferenciadas na Educação de Jovens e Adultos para a inclusão dos sujeitos. Através de leitura de textos e artigos podemos chegar à seguinte conclusão que a educação de Jovens e Adultos tem um papel muito importante na vida dos sujeitos que fazem parte dessa educação, pois, através dos estudos veem a oportunidade de serem inseridos novamente no meio social e acessar os conhecimentos ofertados na educação formal.

Palavras-chave: 1. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 2. Inclusão Social. 3. Sujeitos da EJA

ABSTRACT

This research discusses the importance of youth and adult education in the social inclusion of young, adult, and elderly individuals. It questioned the role of this modality in including adults and young people who could not study at the expected age. The objective was to understand the importance of youth and adult education (YAE) in the process of social inclusion and the role that YAE plays in the lives of the subjects involved. The methodology used in this work was bibliographic research on works and articles discussing the topic. Among other authors, Romanelli (2014), Haddad and Di Pierro (2000), Gadotti (2007), were studied. The first chapter presented the historical and legal aspects of youth and adult education, from the Jesuit period to the present day. The second chapter discussed the subjects of Youth and Adult Education. The third chapter addressed the importance of differentiated educational practices in Youth and Adult Education for the inclusion of subjects. Through reading texts and articles, it can be concluded that youth and adult education play a crucial role in the lives of the individuals involved, as through studies, they see the opportunity to be reintegrated into society and access the knowledge offered in formal education.

Keywords: 1 Youth and Adult Education - YAE. 2 Social Inclusion. 3 Subjects of YAE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EJA	13
1.1 A Educação de Jovens e Adultos na Primeira República	15
1.2 A Era Vargas e a Educação de Jovens e Adultos nas décadas de 1930 e 1940	17
1.3 Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos.....	22
1.4 A ditadura militar e os impactos na Educação de Jovens e Adultos ´	24
1.5 A abertura democrática e Educação de Jovens e Adultos na atualidade..	24
2 OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	28
2.1 A questão ética racial na Educação de Jovens e Adultos - EJA	29
2.2 Juventude na Educação de Jovens e Adultos - EJA	31
3 A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NA SOCIEDADE	35
3.1 A educação é um Direito Humano	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda a importância da educação de jovens e adultos na promoção da inclusão social, proporcionando uma breve explanação sobre a relevância dessa modalidade de ensino e o papel fundamental que desempenha na integração social desses sujeitos na sociedade.

A escolha desse tema foi motivada pela sugestão da minha primeira orientadora, que propôs a exploração da importância da educação de jovens e adultos (EJA) na inclusão social. Além disso, a influência algo pessoal inclui a experiência da minha mãe, que retornou à sala de aula em 2005 por meio da EJA, aproveitando a oportunidade para concluir seus estudos e retornar ao mercado de trabalho. Outro motivo para abordar esse tema foi o ambiente familiar e as pessoas do meu convívio diário que retomaram seus estudos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade distinta da educação brasileira, na qual o aluno tem a oportunidade de se inserir no meio social e concluir seus estudos.

O objetivo deste trabalho é discutir a pesquisa sobre a importância da EJA para a inclusão social das pessoas que a ela aderem. Especificamente, pretende-se compreender os processos históricos e legais que fundamentam a modalidade educacional de Educação de Jovens e Adultos, identificar os sujeitos envolvidos e explicar como a EJA atua em termos de inclusão das pessoas matriculadas.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica abrangente, busca-se compreender a inclusão social que a EJA pode proporcionar aos indivíduos que buscam a escola fora do tempo hábil e desejam ser reinseridos no meio social, buscando acesso ao ensino e aprendizado. Utilizando aportes teóricos que discutem o campo de estudos, textos e artigos, a pesquisa procura entender como funciona o processo de inclusão na EJA e a importância dessa modalidade na sociedade.

O tema em destaque aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e traz reflexões sobre os principais desafios enfrentados pelos alunos nessa modalidade. Reconhecendo a existência de muitos desafios enfrentados pela EJA, a pesquisa explora os obstáculos que desestimulam os alunos dentro da sala de aula.

Portanto, questiona-se também quais são os principais desafios enfrentados pelos sujeitos que compõem a EJA, buscando compreender o perfil de cada um dessa modalidade.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação brasileira que busca reparar a exclusão do direito de estudar que foi imposta a diversas pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em tempo hábil por algum motivo.

Para enfrentar esses desafios dentro da sala de aula, é necessário que o professor conheça a trajetória de cada aluno e empregue metodologias adequadas para atender às necessidades individuais.

No primeiro capítulo, abordaremos os aspectos históricos e legais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este segmento abrangerá a evolução da educação de jovens e adultos até os dias atuais, no primeiro capítulo foram utilizados os seguintes autores Romanelli (2014); Haddad e Di Pierro (2000).

O segundo capítulo foca nos diversos sujeitos dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao discutir os indivíduos que compõem a EJA, estamos abordando vários rostos, histórias, cores, origens sociais e raciais. Esses são sujeitos que, por várias razões, tiveram que abandonar seus estudos precocemente para assumir responsabilidades dentro do ambiente familiar e no mundo do trabalho.

Os sujeitos da EJA incluem pessoas com características distintas, experiências de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos acadêmicos e ritmos de aprendizagem. É crucial reconhecer e valorizar suas diversas trajetórias.

O terceiro capítulo irá explorar sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na inclusão social, visando integrar indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade esperada. A EJA é estabelecida como uma modalidade educacional respaldada por leis.

A pesquisa realizada é predominantemente bibliográfica, incorporando leituras de textos e artigos discutidos nas aulas de Educação de Jovens e Adultos. Textos adicionais que apoiam a discussão foram explorados durante a construção deste trabalho.

1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é uma modalidade de ensino que tem como objetivo proporcionar educação a indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo regular.

Sua história começa na época da colonização, onde era oferecida de maneira assistemática, inicialmente, sua implementação foi uma iniciativa governamental, focada na criação de uma doutrina por meio da educação, caracterizada por uma abordagem instrucional, embora não possuísse um caráter acadêmico formal.

O início da educação formal no Brasil ocorreu durante o período colonial (1500/1822), sendo restrita a alguns filhos de colonos e indígenas aldeados. No século XVII, o método de ensino predominante nas colônias era de origem jesuítica, centrado na catequização dos indígenas e ministrado pelos jesuítas.

Essa abordagem educacional visava, principalmente, atender às necessidades da economia colonial, com ênfase em trabalhos manuais, ensino agrícola e, em menor escala, alfabetização.

Em 1540, o missionário Inácio de Loyola fundou a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa com uma estrutura rigidamente hierárquica, inspirada na experiência militar de seu fundador. A Ordem Jesuíta tinha uma missão missionária e buscava disseminar as crenças e valores católicos por meio da educação.

A Educação era concebida como um instrumento de fé, imbuída de propósitos éticos e religiosos voltados para a formação de bons cristãos. Na época, essa abordagem educacional era predominantemente centrada no aspecto religioso, ainda considerada frágil devido à falta de responsáveis dedicados a mantê-la.

Os jesuítas tinham como principal meta expandir a educação para os filhos dos senhores de engenhos, colonos, indígenas e escravizados. Entretanto ficava evidente que essa educação estava mais direcionada à catequese e instrução dos indígenas, enquanto o propósito original de proporcionar uma educação abrangente para todos gradualmente se afastava do plano real.

A Educação dos jesuítas era guiada pelo documento "Ratio Studiorum Societatis Jesus", que na época estabelecia as didáticas das escolas jesuíticas, esse modelo educacional tinha como principal objetivo de formar uma consciência cristã,

promovendo a obediência nas autoridades civis e religiosas, e sendo considerada como uma das principais virtudes cristãs.

De acordo com Romanelli (2014), a "Ratio" preconizava dois métodos educacionais, o "praelectio" e a "concertation". O primeiro consistia na leitura de textos seguida pela explicação e observação de partes específicas, enquanto o segundo envolvia debates instigados pelo professor, que lançava perguntas aos alunos, promovendo a competição entre eles.

A Companhia de Jesus opunha-se à Reforma, sendo estabelecida como uma reação aos pensamentos críticos disseminados na Europa, originados do humanismo e fortalecidos pelos avanços científicos.

A ordem jesuíta valorizava o método escolástico de ensino, enfatizando a autoridade e veracidade dos textos, mantendo uma forte ligação com concepções dogmáticas, fundamentais para o conhecimento e a fé.

Nas suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo diante de uma crescente demanda social por educação, acaba por impactar as camadas mais vulneráveis da população, obrigando a sociedade a expandir suas ofertas educacionais.

A Ordem Jesuíta, inicialmente voltada para a catequização dos indígenas, percebeu que os efeitos colaterais desse processo não despertavam grande interesse por parte dos portugueses. Para eles, não bastava que os indígenas adotassem a fé cristã; era fundamental que essa população também fosse instruída no conhecimento da leitura e escrita.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal. Essa ação tinha como intenção central direcionar um olhar mais atento à educação, desvinculando-a da influência religiosa e promovendo interesses comerciais do estado. Por meio do alvará de 28 de junho de 1759, o Marquês retirou dos jesuítas a responsabilidade sobre a educação escolar de Portugal e das colônias.

A Reforma pombalina teve um impacto significativo nas colônias portuguesas, sobretudo no Brasil. A expulsão dos jesuítas durante esse período contribuiu para que a ordem perdesse progressivamente espaço dentro das colônias.

Durante o século XVII, surge uma incompatibilidade entre a filosofia e o Iluminismo, sendo que, na França, este movimento ganha força, enquanto em Portugal, ainda prevalecem características medievais. Nesse contexto, torna-se imperativa uma

reforma cultural e educacional, sendo essa empreendida pelo Marquês de Pombal, que exercia significativa influência no Iluminismo.

As Aulas Régias, instituídas no período Pombalino, tinham como propósito preencher as lacunas deixadas pelos jesuítas naquele momento e regularizar o ensino que, até então, era ministrado por essa ordem religiosa.

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 109), com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, teve um grande impacto significativo no sistema de ensino naquela época. Com o retorno do império, Iniciou – se um período em que passa a surgir informações sobre as ações educativas que era voltada para a educação de adultos, a partir dessas informações registradas que passamos a ver as ações educativas que era utilizadas naquela época.

Com a chegada da família Real no Brasil em 1808, o país testemunhou um notável desenvolvimento cultural.

Embora esse avanço cultural tenha sido considerado positivo na época, a educação ainda permanecia em um estágio mais restrito, com a atenção voltada de maneira insuficiente.

A vinda da família Real para o Brasil e, posteriormente, a independência em 1822, intensificaram o foco no ensino superior, enquanto os outros níveis de ensino revelavam um claro viés de classe, com a educação da classe mais abastada ganhando destaque, relegando a classe mais pobre a um segundo plano. Nesse cenário, as classes dominantes expandiam seus privilégios, um dos principais objetivos da educação na época do império era a formação das classes dirigentes.

1.1 A Educação de Jovens e Adultos na Primeira República

Durante a Primeira República (1889-1930), o sistema educacional brasileiro herdava a desorganização do período, apesar das inúmeras reformas implementadas. Mesmo com essas iniciativas, o sistema ainda permanecia bastante desorganizado.

Nesse contexto, o estado de São Paulo ganhou destaque pelos investimentos significativos direcionados à educação, especialmente na luta contra o analfabetismo.

Foi nessa época que surgiram iniciativas notáveis, como a Liga de Defesa Nacional (1916) e a Liga Nacional do Brasil (1917), esta última sediada em São Paulo. Essas ligas não apenas expressavam o desejo de proporcionar educação às classes populares, mas também visavam oferecer oportunidades iguais para todos,

enfrentando o analfabetismo e atendendo ao emergente desejo da burguesia de confrontar a política oligárquica.

Era imperativo abordar a questão eleitoral, pois, naquela época, os analfabetos eram impedidos de votar, o que intensificava as lutas contra o analfabetismo. Essa restrição era considerada um fator crucial na perpetuação das oligarquias no governo.

A alfabetização tornou-se vital para as transformações políticas e eleitorais, sendo vista como necessária para preparar as pessoas para a nova ordem econômica.

A partir da década de 1920, emergiu o movimento da Escola Nova, composto por educadores e membros da sociedade, que visava ampliar o número de escolas e melhorar sua qualidade. Esse movimento estabeleceu condições com o objetivo de implementar políticas voltadas para a educação de Jovens e Adultos, reconhecendo a importância da educação como instrumento de mudança social e político.

Os renovadores da educação passaram a demandar do Estado uma responsabilidade mais definitiva na oferta de serviços educacionais. Os índices precários de escolarização refletiam a situação delicada pela qual o país atravessava.

Comparando-se com outros países da América e do mundo, tornava-se evidente que o Brasil apresentava índices preocupantes em termos de escolarização. Esse cenário despertou uma atenção mais cuidadosa por parte das autoridades brasileiras, que reconheceram a necessidade de uma abordagem mais diligente, percebendo que tal situação ainda era reflexo do período da Primeira República.

A reflexão sobre os pensamentos pedagógicos da Primeira República está intrinsecamente relacionada aos processos de mudanças sociais que ocorreram na época, especialmente com o início da industrialização e a aceleração da urbanização no Brasil.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia, em seu artigo 179, "a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos" (Brasil, 1824).

Apesar dessa disposição legal assegurar o direito à educação para todos os cidadãos, na prática, a classe mais pobre encontrava-se excluída desse acesso. Isso privou muitos cidadãos da oportunidade de ter educação.

Ao longo do século, foram implementadas reformas na tentativa de garantir o acesso à educação para a classe menos privilegiada, representando um esforço contínuo para superar as barreiras sociais à instrução.

No Brasil, diversos discursos em prol da educação popular e abrangente foram proferidos ao longo do tempo, mas foi somente com a Proclamação da República em 1889 que, por meio de diagnósticos sobre a realidade brasileira da época, tornou-se evidente a precariedade do ensino oferecido nas escolas.

Esse período trouxe propostas para aumentar o número de escolas e melhorar a qualidade do ensino, visando atender a todos os segmentos da sociedade. Acreditasse que, por meio dessas melhorias, seria possível não apenas elevar o padrão das escolas, mas também garantir que todos tivessem acesso à educação.

Os discursos desse período destacavam a importância de uma atenção especial à educação, percebendo-a como um direito de todos, especialmente para aqueles menos favorecidos que tinham o direito ao acesso às salas de aula.

Esse entendimento marcava o início de um reconhecimento mais amplo da educação como um meio essencial para a inclusão social e o desenvolvimento da sociedade.

1.2 A Era Vargas e a Educação de Jovens e Adultos nas décadas de 1930 e 1940

A partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e a instauração do Estado Novo, houve um interesse em organizar a educação para atender aos setores produtivos, impulsionado pelas políticas de substituição de importações. O Estado assumiu o papel de lidar com as consequências da Primeira Guerra Mundial.

A revolução de 1930 trouxe consigo uma ideologia operada por discursos significativos, resultando em transformações no cenário educacional. Nesse período, o país começou a destacar a importância da educação e a necessidade de garantir o direito à educação para todos.

O decreto nº 19.850, datado de 11 de abril de 1931, foi um marco crucial. Com esse decreto, criou-se o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, a educação tornou-se obrigatória, gratuita e laica, marcando o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O principal objetivo desse manifesto era tornar a educação pública acessível a todos.

De acordo com Romanelli (1979, p.147-148), o manifesto propunha que o Estado assumisse a gratuidade, obrigatoriedade e a coeducação. Destacava-se o reconhecimento do direito do cidadão ao acesso à educação e a necessidade de o

Estado reconhecer a educação como um direito igualitário e único para todos que frequentavam as escolas públicas.

O manifesto enfatizava o direito evidente de atender às diversas classes sociais e proporcionar uma educação gratuita para todos.

Na Conferência Nacional de Educação em 1931, convocada por Getúlio Vargas para apresentar diretrizes para o projeto educacional do país, os participantes, após intensas deliberações, não conseguiram chegar a um acordo final. Diante disso, o grupo, composto por 26 membros, designou Fernando de Azevedo para relatar os acontecimentos, resultando no documento conhecido como Manifesto dos Pioneiros.

Em 1932, a educação de adultos ganhou grande importância no Brasil, marcada pela Cruzada Nacional de Educação, também chamada de Cruzada do ABC, realizada em 1952.

Com a Constituição de 1934 em vigor, o país experimentou um cenário progressista em relação à educação. No entanto, essa constituição acabou cedendo espaço para a Constituição de 1937. Sob essa nova legislação, toda a responsabilidade do Estado na formação educacional no Brasil foi retirada, representando uma mudança significativa no papel do governo em relação ao sistema educacional.

Com o avanço democrático em 1934, a legislação passou a estabelecer que a educação é um direito de todos, impondo obrigações aos poderes públicos e substituindo o texto que desobrigava o Estado de manter e expandir o ensino público. Embora a Constituição de 1934 garantisse o acesso à educação para todos, somente em 1940 a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi reconhecida como uma política educacional, impulsionada pela disposição da Constituição de 1934 que assegurava o ensino gratuito para todos.

Apesar das conquistas expressas nas constituições de 1934, resultantes das discussões e reivindicações do período anterior, o novo movimento renovador, refletido nessas constituições, acabou enfraquecido em certos aspectos, sendo suplantado pela Constituição de 1937.

O Estado demonstrou pouco interesse em oferecer acesso à educação gratuita para as classes populares, conforme evidenciado na Constituição de 1937, que deixava claro que a educação da época era voltada para a classe dominante.

Para as classes mais baixas, estava previsto apenas o ensino profissionalizante. Essa postura indicava uma mudança de foco e prioridades no âmbito educacional.

A Constituição de 1937 estabeleceu uma abordagem na qual o Estado abria mão de assumir a responsabilidade pela educação pública. Mesmo declarando que o Estado deveria desempenhar um papel subsidiário e não central em relação ao ensino nas escolas públicas, essa constituição promoveu uma descentralização que concedeu maior poder aos estados com planos de ideias e mudanças satisfatórios.

Apesar da descentralização, os desafios persistiam devido ao descaso e ao abandono por parte do Estado. Essa realidade levou a uma reflexão profunda sobre o cenário educacional, especialmente sobre as classes menos favorecidas que enfrentavam condições precárias de educação. A importância da educação para os analfabetos também passou a ser reconhecida.

De acordo com Romanelli (1978, p. 43), observamos um impulso na educação e cultura, particularmente nas regiões do Sudeste do Brasil, com São Paulo evidenciando notáveis avanços nesses setores.

Na década de 1940, torna-se evidente a ausência de políticas educacionais voltadas para a educação de adultos, o que coincide com um notável aumento nos índices de analfabetismo no Brasil. Diante desse desafio crescente, começam a ser elaboradas campanhas direcionadas a esses alunos, visando a redução das taxas de analfabetismo no país.

Foi nesse contexto que, na década de 40, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser percebida de maneira diferente, recebendo um olhar mais atento e sendo tratada de forma mais significativa. Essa modalidade de ensino originou-se da defasagem educacional e foi implementada pelas indústrias, que experimentavam um rápido avanço nesse período, juntamente com o governo de Getúlio Vargas, que, em colaboração com a população, implementou políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

Com as novas legislações em vigor nessa época, o governo Vargas deixou um legado marcado pela estruturação do ensino técnico profissional, resultando na criação do Senai. Este convocou os empresários a participarem dessa nova abordagem educacional, focada em oferecer ensino profissionalizante.

O ensino secundário passou por diversas modificações, mantendo-se como um curso preparatório para ingresso no ensino superior. Sua estruturação consistia em um ginásio com duração de quatro anos, seguido pelo colégio com duração de três anos.

Com a definição dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados às camadas populares, uma reforma educacional implementada pelo ministro Gustavo Capanema foi posta em prática e estabelecida na carta constitucional outorgada por Getúlio Vargas em 1937.

O ano de 1945 marcou o fim da ditadura Vargas, dando início a movimentos que fortaleceram a democracia no país. Nesse mesmo ano, foi criada a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que passou a orientar os países sobre formas de proporcionar educação para adultos sem estudo.

Nessa época a UNESCO denunciava as grandes desigualdades educacionais entre os países, alertando sobre o papel de cada um na promoção da educação, especialmente a educação voltada para adultos.

Quando Getúlio Vargas foi deposto em 1945, surgiu as cobranças feitas pela Unesco, a partir do momento que a Unesco passa a fazer essa cobrança em relação ao aumento da desigualdade que estava acontecendo entre os países, passa também a despertar o interesse em relação a educação de adultos

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 111), a UNESCO não apenas denunciava as disparidades entre os países, mas também alertava para o papel crucial que cada nação deveria desempenhar na educação de adultos. Enfatizava que a educação era fundamental para o progresso das nações, estabelecendo metas de alfabetização e impulsionando o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Somente em 1946 foram publicados documentos relacionados ao ensino formal e ao curso formal, com o objetivo de garantir acesso a todos. O Decreto nº 8.259, promulgado em 02 de janeiro de 1946, dividiu o ensino primário em duas categorias: Ensino Primário Fundamental e Ensino Primário Supletivo.

O Ensino Primário Fundamental era subdividido da seguinte maneira: Primário Elementar, com duração de quatro anos, e Primário Complementar, com duração de um ano, ambos destinados a crianças de 7 a 12 anos de idade.

A criação do Ensino Primário Supletivo foi de grande importância, pois possibilitou a redução da taxa de analfabetismo ao longo das décadas de 50 e 40 do século XX. Essa iniciativa contribuiu significativamente para a promoção da educação básica no país.

A reforma primária representou uns aspectos positivo ao introduzir um clima de liberdade e livre expressão de pensamentos no fim da era Vargas. Esta reforma tornou

o ensino mais adequado à realidade brasileira e aos anseios dos educadores, resgatando boa parte das ideias pedagógicas presentes no Manifesto dos Pioneiros.

Em 1947, o governo brasileiro lançou sua primeira campanha voltada para o ensino da Educação de Adultos, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, direcionada aos trabalhos voltados para o público da EJA.

A iniciativa dessa campanha foi impulsionada por diversos fatores, como o período pós-guerra que levou a ONU a recomendar uma atenção especial à educação de adultos. Além disso, com o fim do Estado Novo, iniciou-se um processo de redemocratização que demandava a ampliação do eleitorado.

No lançamento da campanha, o Ministério convocou dois representantes de cada estado para participarem do Congresso. O SEA (Serviço de Educação de Adultos do MEC) começou a elaborar e enviar, para discussão nos SEAs estaduais, um conjunto de publicações sobre o tema. Este movimento marcou um esforço significativo para promover a educação de adultos no Brasil, considerando os desafios e oportunidades da época.

As pesquisas realizadas naquela época desmentiram a ideia de incapacidade no aprendizado do educando adulto. Apesar das críticas direcionadas às políticas educacionais voltadas para adultos, essas ideias foram contestadas à medida que se evidenciava a capacidade de aprendizado dos educandos adultos.

Diante das críticas à campanha de erradicação do analfabetismo, a qual perdeu força, novos programas voltados para a educação começaram a surgir. Os movimentos sociais desempenharam um papel crucial nesse cenário, promovendo mudanças na educação e lutando em prol da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi por meio dessas lutas que a EJA passou a ser reconhecida no país.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 111), ao estimular o desenvolvimento das potencialidades individuais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se como uma modalidade de ensino reconhecida, desempenhando um papel significativo no destaque do Brasil como uma nação em desenvolvimento. Esse reconhecimento representa um marco significativo na história da educação brasileira.

A criação do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos estabelecidos em 1947, juntamente com a Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958, marcam um período crucial para

a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses movimentos foram fundamentais para impulsionar ações educativas e políticas, apresentando vários programas que despertaram o interesse pela EJA.

Essa atenção voltada para a EJA foi essencial para atender às diversas classes sociais e reduzir a taxa de analfabetismo. A criação desses órgãos e campanhas reflete o compromisso do governo em promover a educação inclusiva e atender às necessidades específicas de adultos que buscavam a oportunidade de aprendizado.

1.3 Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos

No final da década de 50 e início da década de 60, ocorreram intensas mobilizações na sociedade, concentradas nas reformas estruturais.

Essas mobilizações conduziram a mudanças nas políticas públicas de educação de adultos, gerando uma nova abordagem em relação ao desafio da alfabetização que surgia. Foi nesse contexto que emergiu uma nova pedagogia de alfabetização voltada para adultos, tendo como referência o educador e filósofo Paulo Freire.

Paulo Freire, reconhecido internacionalmente, tornou-se uma figura emblemática na educação de jovens e adultos no Brasil. Originário de Recife, Pernambuco, ele desenvolveu um método inovador de alfabetização de adultos que obteve excelentes resultados.

Ao longo do tempo, sua abordagem propagou-se através de sua extensa obra e de seu pensamento sobre educação, contribuindo significativamente para o campo educacional. Seus métodos de alfabetização foram bem-sucedidos, representando uma conquista importante no cenário da educação brasileira.

Paulo Freire desenvolveu uma abordagem educacional dividida em três etapas: investigação, tematização e problematização. Na etapa de investigação, alunos e professores exploram o vocabulário do aluno e da sociedade em que vive.

Na segunda etapa de tematização, eles codificam e decodificam esses temas, buscando significados sociais e tomando consciência do mundo em que vivem.

Na última etapa de problematização, aluno e professor buscam superar a visão inicial por meio de uma abordagem mais crítica do mundo, buscando a transformação do contexto vivido.

O método de Paulo Freire tinha como objetivo estimular a alfabetização de adultos, utilizando as experiências de vida de cada sujeito presente nas discussões. As

palavras presentes na vida de cada aluno eram empregadas para compreender a aquisição das palavras escritas e possibilitar uma compreensão mais profunda do mundo em que viviam.

Em 1963, com as principais mudanças ocorridas, o governo encerrou sua primeira campanha de alfabetização e designou Paulo Freire para organizar e desenvolver o "Programa Nacional de Alfabetização de Adultos".

Paulo Freire, reconhecendo a inadequação das cartilhas de alfabetização prontas à realidade dos alunos, percebeu que muitos não se desenvolviam adequadamente com materiais que careciam de sentido, apresentando palavras fora de contexto.

Com sua abordagem inovadora, ele iniciou a alfabetização a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, trabalhando com assuntos que eles já dominavam culturalmente. Essa ousadia tornou seu método uma referência na educação de jovens e adultos, obtendo grandes resultados até mesmo em outros países.

Na obra "Pedagogia da Autonomia" (Freire, 1996), ele orienta que não devemos simplesmente depositar conteúdos prontos na sala de aula, mas sim desenvolver a criticidade do aluno e levá-lo a buscar uma educação capaz de transformar a realidade, possibilitando a conquista da verdadeira autonomia para fazer sua própria leitura do mundo.

O método de alfabetização de Paulo Freire, conforme descrito por Carlos Rodrigues Brandão em "O que é o método de Paulo Freire" (2003), consiste em aproveitar as vivências do grupo e utilizá-las a partir de temas, palavras, músicas, imagens, características da comunidade, cultura, entre outros.

Os elementos destacados por Paulo Freire, como as palavras geradoras, tornam-se objetos fundamentais na relação e motivação para a leitura e escrita. Esse processo inicia-se pelas palavras geradoras, que constituem a menor unidade e, de maneira contextualizada, relacionam-se com a realidade próxima ao aluno. Esse método visa a apropriação do domínio da linguagem oral e escrita nas práticas sociais do indivíduo.

Paulo Freire deixou um grande legado por meio de seus livros, que oferecem valiosos ensinamentos sobre a educação sob uma perspectiva crítica e com a crença no poder transformador desta. Suas ideias influenciaram e se disseminaram pelo país, sendo reconhecidas nacionalmente pelo trabalho notável na área da educação popular e de adultos.

1.4 A ditadura militar e os impactos na Educação de Jovens e Adultos

Com o golpe militar de 1964, a concepção libertária de educação proposta por Paulo Freire foi gradualmente suprimida pelas políticas públicas. Em 1967, o governo assumiu novamente a responsabilidade pela alfabetização de adultos, dando origem ao MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Durante o período militar, o MOBRAL foi criado como resposta ao trabalho realizado pela Cruzada do ABC, em 1967. No entanto, o MOBRAL representou uma mudança de foco e interesses, conforme destacado por Haddad e Di Pierro (2000, p.114), o grupo interministerial responsável pelo MOBRAL buscou uma abordagem pedagógica que se concentrava principalmente no ensino da leitura e escrita, substituindo algumas das características da Cruzada do ABC. Várias partes do projeto foram substituídas por interesses do governo militar.

Em 1971, foi iniciado o Supletivo, uma iniciativa que visava complementar a escolarização e combater o analfabetismo, reintegrando à sala de aula aqueles que não haviam concluído seus estudos no tempo regular.

O supletivo foi substituído pela Lei 5.692/71, a qual estabeleceu que todo o ensino de segundo grau, atualmente conhecido como ensino médio, deveria conduzir o educando até a conclusão da habilitação profissional técnica ou possuir uma habilitação parcial como auxiliar técnico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5.692/71 criou o ensino supletivo, focando especialmente em atender jovens e adultos, e dedicou capítulos específicos à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora representasse um avanço, essa lei ainda delimitava a obrigação do Estado de atender a faixa etária de 7 a 14 anos, restringindo formalmente o escopo da educação de adultos.

A escola criada a partir dessa legislação não era apenas voltada para os interesses da classe popular; era uma instituição destinada a atender uma clientela variada, buscando adaptar-se a diferentes dinâmicas de atualizações. O objetivo era atender a diversas classes populares, cada uma com seus interesses específicos.

1.5 A abertura democrática e Educação de Jovens e Adultos na atualidade

Nos anos 80, com a abertura política e reflexões pós-golpe militar, a alfabetização de adultos adquiriu uma abordagem mais crítica, tornando-se mais viável e robusta.

Nesse período, o MOBRAL foi extinto, dando lugar à criação da Fundação EDUCAR, que deixou de liderar projetos diretos e passou a apoiar financeiramente e dar suporte a iniciativas voltadas para a educação de jovens e adultos.

A Fundação Educar foi estabelecida pelo Decreto n. 92.374, de 06/02/86, no início do governo Sarney, substituindo o MOBRAL.

Entretanto, o Educar foi extinto em 1990, transferindo a responsabilidade pela educação de jovens e adultos para os municípios.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que ampliou os deveres do Estado em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo o ensino fundamental obrigatório para todos. O artigo 208, inciso I, da Constituição Federal determina como dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses e condições de vida e trabalho.

Em 1996, a promulgação da Lei n° 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reafirmou a necessidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) gratuita, garantindo o acesso e a permanência desses grupos nas escolas públicas.

O artigo 3° da LDB propôs a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas, com concepções pedagógicas que atendessem a todos dentro da sala de aula.

A partir dos anos 2000, foram implementadas políticas públicas educacionais significativas voltadas para a EJA, sendo reconhecida como uma modalidade de ensino própria. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003, teve como objetivo superar o analfabetismo, encerrando seu último ciclo em 2016.

O Programa Brasil Alfabetizado - PBA destacou-se ao atender jovens, adultos e idosos, visando proporcionar aprendizado àqueles que não concluíram seus estudos no tempo adequado. Após o lançamento do programa, o governo, por meio de parcerias, possibilitou a alfabetização de 67.130 mil alunos em 11 regiões do Brasil.

Em 2022, o Programa Brasil Alfabetizado recebeu um novo formato com a edição do Decreto n° 10.959, de 8 de fevereiro de 2022.

O objetivo permanece o mesmo: alfabetizar pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, promovendo a cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e

econômico do país. Isso é feito por meio da assistência técnica e financeira aos programas federados que aderiram à iniciativa de educação.

No entanto, ao longo dos anos, houve uma diminuição no número de vagas oferecidas. Em 2014, o programa contava com 718.962 vagas, mas em 2015 e nos anos seguintes, exceto em 2016, o número caiu para 168 mil atendidos.

Além disso, ocorreram cortes e poucos investimentos na política de alfabetização, com recursos que deveriam ser destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Parte desses recursos foi direcionada para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Em relação ao Encceja, o número de inscritos aumentou significativamente ao longo dos anos. Em 2005, foram 38.391 inscritos, mas em 2008, esse número saltou para 846.142, representando um aumento de 22 vezes. No entanto, em 2010, houve uma redução para 671.213 inscritos.

A oferta de turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem diminuído nos últimos anos, influenciada pelas transformações nas escolas, que passaram a oferecer a EJA em formato de escolas de tempo integral. Essa mudança tem impactado a acessibilidade de jovens, adultos e idosos ao retorno aos estudos, especialmente para aqueles que não têm condições de frequentar escolas particulares para concluir sua educação.

O financiamento público das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino público que ainda demanda investimentos para promover a educação para todos, sendo a que registra o menor crescimento nos últimos 11 anos.

Apesar dos avanços, com um aumento de 32,5%, a EJA é a única modalidade de ensino em que cada estudante recebe menos de R\$3,5 mil do poder público. Notavelmente, a EJA integrada ao ensino profissionalizante viu seu valor crescer significativamente, expandindo 56,6%, passando de R\$2.749,81 em 2009 para R\$4.306,41.

Dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) indicam que, em 2009, o valor por aluno anual estimado para a EJA desvinculada ao ensino profissionalizante foi de R\$2.167,03, considerando o valor corrigido pela inflação (IPCA).

Apesar do progresso de 32,5%, a EJA ainda é a única modalidade em que cada estudante recebe menos de R\$3,5 mil do poder público, enquanto a EJA integrada ao

ensino profissionalizante experimentou um aumento mais substancial, alcançando R\$4.306,41 neste ano, representando uma expansão de 56,6% em comparação a 2009.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) tem experimentado uma significativa ampliação ao longo dos anos, conforme indicado pelas informações disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

As edições anteriores do ENCCEJA apresentaram um aumento considerável no número de inscritos, refletindo inclusive a participação crescente de secretarias municipais e estaduais.

Apesar desse crescimento, é crucial manter uma atenção cuidadosa ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), pois, Se trata de uma prova na qual o aluno faz apenas para obter o certificado de conclusão de ensino.

É necessário analisar cuidadosamente os prós e contras dessa modalidade de educação, uma vez que os alunos não têm a oportunidade de participar regularmente das aulas e, portanto, perdem a chance de vivenciar o aprendizado com a presença contínua do professor.

Apesar das preocupações com a erradicação do analfabetismo no Brasil, ainda enfrentamos desafios significativos nos dias de hoje. Uma parcela considerável da população permanece analfabeta, resultando na exclusão desses indivíduos pela sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios antigos e novos para aprimorar a qualidade do ensino e atender a todos os alunos em sala de aula. Entre os desafios a serem superados, destaca-se a necessidade de melhorar a formação de professores e criar políticas públicas específicas para essa modalidade educacional. A EJA atende alunos-trabalhadores que buscam, por meio dos estudos, oportunidades para sua inserção social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como principal finalidade o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura. Ela busca proporcionar ao educando a criação de sua autonomia intelectual e moral, oferecendo a oportunidade de inserção no meio social e o resgate de seus valores.

A EJA visa habilitar o aluno a "ler o mundo", conforme a visão de educadores como Paulo Freire, que enfatizava a importância de aprender a ler a realidade, compreendê-la e, assim, ser capaz de reescrever a própria realidade.

Paulo Freire, um grande educador reconhecido internacionalmente, percebeu que as cartilhas de alfabetização prontas estavam desconectadas da realidade dos alunos, o que distanciava o aprendizado. Seu método inovador começou pela alfabetização a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes, trabalhando com temas que eles já dominavam culturalmente. Essa abordagem procurava evitar materiais sem sentido, palavras fora de contexto e, assim, buscava um aprendizado mais significativo. Freire tornou-se uma referência na educação de jovens e adultos, obtendo resultados expressivos até mesmo em outros países.

2 OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são alunos e alunas que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de ingressar no ensino básico regular quando crianças ou adolescentes. Muitos deles precisaram integrar o mercado de trabalho desde cedo, o que fragilizou sua participação no mundo social, especialmente por não fazerem parte do ensino básico regular.

Essas pessoas, jovens ou adultas, buscam a EJA com objetivos diversos, como a realização pessoal, a prevenção do desemprego, a contribuição na formação dos filhos e a busca por respostas para seus conflitos e dificuldades. A exclusão do ambiente escolar acaba gerando dificuldades no mercado de trabalho, falta de profissionalização e empregos mais precários, impactando não apenas a vida profissional, mas também o meio social e familiar desses indivíduos.

As escolas que oferecem ensino voltado para Educação de Jovens e Adultos (EJA) recebem alunos e alunas com diversas origens de vida, perfis profissionais e históricos escolares variados.

Esses estudantes trazem consigo trajetórias de vida que correspondem a realidades totalmente diferentes entre si. Muitos desses indivíduos foram inseridos precocemente no mercado de trabalho, sendo obrigados a abandonar os estudos para contribuir no ambiente familiar.

A diversidade dos sujeitos que compõem a EJA é vasta e envolve jovens, adultos e idosos, provenientes de diversas ocupações, como pescadores, agricultores, pessoas privadas de liberdade e indivíduos com deficiência. Além disso, as questões de gênero, raça, etnias e linguísticas também são integradas nesse contexto.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, a EJA é uma modalidade de ensino com o objetivo de proporcionar formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade certa, por diversos motivos.

A idade para se matricular na EJA é definida pela Resolução nº3/2010, sendo de 15 anos completos para o Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio.

Os professores, ao terem acesso ao histórico de vida de seus alunos e alunas, podem atuar de maneira mais significativa, desenvolvendo atividades que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Isso possibilita avanços na leitura e na escrita, promovendo um aprendizado mais efetivo.

2.1 A questão ética racial na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam uma realidade preocupante em relação à educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil.

Em 2010, o país contava com 12.893.141 de pessoas com 15 anos ou mais em condição de analfabetismo, sendo que 66,7% desse grupo eram negros.

No entanto, em 2015, apenas 3.738.852 milhões dessas pessoas estavam matriculadas nas turmas de EJA para a conclusão do ensino fundamental.

Esses números indicam uma desigualdade expressiva na escolarização, especialmente entre a população negra. Além disso, evidenciam que as instituições educacionais não estão atendendo adequadamente à demanda das pessoas que compõem a EJA.

A análise desses dados revela um quadro complexo na educação brasileira, destacando tanto avanços quanto desafios persistentes. Embora a taxa de escolarização para pessoas entre 15 e 17 anos tenha atingido 89,2% em 2019, ainda não alcançou a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para a universalização do atendimento nessa faixa etária até 2016.

Outra pesquisa do IBGE, realizada em 2020, apontou que os jovens negros brasileiros passam, em média, quase dois anos a menos na escola em comparação com outros grupos étnicos. Esses dados sublinham as disparidades educacionais e a necessidade de políticas mais efetivas para promover a inclusão e igualdade na educação de jovens e adultos.

Os dados apresentados pela pesquisa do IBGE (2020) destacam a persistência da desigualdade na permanência escolar desde o ensino fundamental até o ensino médio, com reflexos notáveis na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), mais de 95% das crianças de 6 a 10 anos frequentam a escola, independente do sexo ou cor.

Esses dados ressaltam a necessidade de políticas educacionais mais efetivas para combater as disparidades e promover a inclusão e equidade na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Entretanto, quando analisamos os dados do Censo Escolar de 2022, observamos que na EJA de nível fundamental, os alunos que se identificam como pretos/pardos representam 77,5%, enquanto na EJA de nível médio esse percentual é de 69,9%. Em contrapartida, os alunos que se declararam brancos compõem 20,2% na EJA de nível fundamental e 29,2% na EJA de nível médio.

A análise das taxas de frequência escolar líquida para jovens de 15 a 17 anos no ensino médio revela desigualdades entre os grupos populacionais. A taxa geral está em 71,4%, mas varia significativamente entre mulheres (76,4%) e homens (66,7%). Além disso, a taxa é mais alta para a população branca (79,6%) em comparação com a população negra (66,7%).

A falta de avanço na diminuição da desigualdade na população com mais de 60 anos é preocupante, especialmente ao considerar que 27,1% dos negros e 9,5% dos brancos nessa faixa etária são analfabetos.

O Brasil conseguiu garantir quase universalidade no acesso ao ensino fundamental, mas enfrenta desafios na retenção dos alunos nas escolas, com um avanço lento nos indicadores de anos de escolaridade. A necessidade de trabalhar é apontada como um dos principais motivos para o abandono escolar, conforme indicado por 39,1% dos jovens entre 14 e 29 anos que deixaram os estudos.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma ferramenta crucial para proporcionar oportunidades educacionais a segmentos da população que enfrentam desafios específicos.

No entanto, é evidente a necessidade de adaptações nos processos pedagógicos e curriculares da EJA para atender efetivamente às necessidades dos alunos presentes nessa modalidade de ensino. As políticas públicas devem ser direcionadas para enfrentar esses desafios e promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reforça a importância de respeitar as características, necessidades e peculiaridades dos estudantes nessa modalidade, reconhecendo os saberes não escolares que trazem consigo. Essa abordagem é crucial para criar um ambiente educacional que valoriza a diversidade e reconhece as diferentes histórias de vida e experiências dos alunos.

Ao enfatizar que os sujeitos da EJA são pessoas com trajetórias de vida distintas, e ressaltado a necessidade de abordar as práticas educativas de maneira a proporcionar uma educação contextualizada e relevante. Além disso, a compreensão das particularidades sociais, de gênero, orientação sexual, étnico-raciais e de classe dos estudantes é crucial para garantir uma educação inclusiva e que atenda às suas necessidades específicas.

A promoção da diversidade e o reconhecimento das diferentes identidades presentes na sala de aula da EJA são fundamentais para criar um ambiente educacional acolhedor, que respeita e valoriza a singularidade de cada estudante.

2.2 Juventude na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Os dados do censo escolar destacam a diversidade presente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando a variedade de idades e gêneros entre os alunos matriculados. A composição da EJA reflete tanto a presença de estudantes com menos de 30 anos, sendo a maioria do sexo masculino, quanto a participação significativa de pessoas acima dessa faixa etária, predominantemente do sexo feminino.

Essa diversidade é crucial para compreender as especificidades e necessidades dos alunos da EJA, considerando elementos como lugares sociais, gênero, raça, deficiência e orientação sexual. Cada grupo social traz consigo uma gama de experiências e realidades, moldadas por suas condições sociais, culturais e de gênero.

A análise desses dados reforça a importância de uma abordagem inclusiva e sensível às diferenças na EJA, buscando atender às particularidades de cada estudante, promovendo um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade presente nessa modalidade de ensino.

Compreender o perfil da juventude e dos adultos que participam da Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer uma análise aprofundada do contexto socioeconômico de cada sujeito.

Isso implica examinar as experiências socioculturais, as formas de lazer, o ambiente familiar, o cotidiano e a posição de cada indivíduo em relação à vida e à escola.

Ao observar de perto os sujeitos envolvidos na EJA, torna-se evidente que são pessoas que buscam, por meio dos estudos, oportunidades para reintegrar-se ao meio social, ingressar no mercado de trabalho, apoiar os filhos nas atividades escolares, assinar seus nomes e até mesmo retornar ao mercado de trabalho.

Dayrell (2003) destaca que a EJA é frequentada por pessoas desempregadas ou empregadas que estão em busca de emprego, sendo a maioria proveniente de comunidades periféricas e centros urbanos. Esses indivíduos buscam melhorias na qualidade de vida e no cenário socioeconômico, refletindo as diferentes motivações que impulsionam seu retorno à escola.

Os jovens que compõem a EJA enfrentam desafios significativos em relação ao mercado de trabalho. Muitas vezes, devido à falta de qualificação profissional, esses jovens se deparam com portas fechadas e se veem em um contexto de crise em uma sociedade assalariada.

A ausência de qualificações necessárias, resultante de não concluírem os estudos, impacta negativamente suas oportunidades de emprego e os exclui do mercado de trabalho.

Dayrell (2003) destaca que as experiências escolares desses jovens são diversas, e muitos são excluídos da escola antes de concluir o ensino fundamental e médio. Fatores como assumir responsabilidades familiares, gravidez e necessidades familiares prementes muitas vezes os levam a interromper os estudos.

É essencial repensar o papel desses jovens na escola, considerando as práticas educativas e currículos que atendam às suas necessidades.

Incentivar a autonomia e o protagonismo juvenil, reconhecendo e valorizando diferentes linguagens culturais, é fundamental para promover a inclusão e a participação ativa desses jovens na escola.

É muito valioso reconhecer a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para diferentes faixas etárias, incluindo os idosos. Os idosos que buscam retornar à sala de aula enfrentam desafios únicos, mas também trazem uma riqueza de experiências e sabedorias que podem enriquecer o ambiente educacional.

A participação ativa dos idosos na EJA destaca a importância da aprendizagem ao longo da vida e reforça que a educação é um processo contínuo, independentemente da idade. A busca por conhecimento, alfabetização e habilidades por parte dos idosos demonstra um desejo de crescimento pessoal, integração social e enriquecimento pessoal.

O papel do educador é crucial nesse contexto. É essencial estabelecer um ambiente de aprendizado acolhedor, respeitando as experiências e limitações individuais dos idosos. O diálogo, a empatia e o afeto desempenham um papel fundamental para que esses alunos se sintam motivados, valorizados e bem-vindos na sala de aula.

A legislação brasileira, conforme expressa na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reconhece a importância de amparar e garantir direitos aos idosos, incluindo o acesso à educação.

O Artigo 230 da Constituição destaca a responsabilidade da família, sociedade e Estado em assegurar o bem-estar e a participação dos idosos na comunidade.

A citação do Artigo 230 da Constituição da República Federativa do Brasil, que destaca a responsabilidade da família, sociedade e Estado em amparar as pessoas idosas, é fundamental para ressaltar a importância de assegurar a dignidade, bem-estar e direitos à vida para esse grupo da população.

A legislação brasileira reconhece a necessidade de integração e inclusão dos idosos na sociedade, combatendo preconceitos e garantindo condições adequadas de vida.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), é crucial reconhecer que essa modalidade não se limita apenas a jovens e adultos de faixas etárias mais baixas, mas também inclui os idosos que buscam oportunidades de aprendizado.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) contribui para a promoção da educação para todos, incluindo os idosos que desejam continuar aprendendo e participando ativamente na sociedade.

Os idosos na EJA têm histórias de vida diversas, marcadas por experiências que podem incluir exclusões sociais.

É fundamental que a educação para os idosos na EJA não apenas forneça conhecimentos acadêmicos, mas também promova a valorização da sua experiência de vida, contribuindo para a construção da cidadania e o combate à desigualdade.

A inclusão dos idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um passo importante na promoção da igualdade e no combate à exclusão social. Ao oferecer oportunidades educacionais para os idosos, a sociedade contribui para a construção de uma cidadania plena, reconhecendo a importância do aprendizado ao longo da vida.

A compreensão da história de vida dos idosos na EJA é essencial para adaptar as práticas educativas às suas necessidades específicas. Muitos idosos na EJA têm experiências marcadas pela exclusão social, e a educação pode desempenhar um papel fundamental na promoção da inclusão, dignidade e respeito.

A educação é uma ferramenta poderosa para promover inclusão social e proporcionar oportunidades para jovens, adultos e idosos. O processo de inclusão na sala de aula deve ser contínuo e envolver estratégias que respeitem a diversidade de experiências, necessidades e características de cada grupo de estudantes.

Incentivar a participação ativa de jovens, adultos e idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é crucial para garantir que esses sujeitos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de atender às suas demandas específicas. Isso não apenas contribui para o desenvolvimento individual, mas também fortalece a sociedade como um todo.

Além de promover a inclusão, é importante que as práticas educativas na EJA reconheçam e valorizem as experiências de vida dos estudantes, proporcionando um ambiente acolhedor e respeitoso.

Dessa forma, a educação pode desempenhar um papel significativo na Transformação social e no empoderamento desses sujeitos.

3 A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NA SOCIEDADE

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que possui o papel de promover a inclusão social, oferecendo uma segunda chance para aqueles que por diversos motivos, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo hábil.

A valorização das experiências de vida e conhecimentos prévios dos estudantes na EJA é fundamental para tornar a aprendizagem mais significativa. A diversidade de trajetórias e vivências dos alunos na EJA exige uma abordagem pedagógica flexível e sensível às suas necessidades específicas.

Os educadores que atuam na EJA desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional acolhedor, que respeita as particularidades dos estudantes e incentiva o desenvolvimento humano e social. A formação dos profissionais é essencial para garantir uma prática educativa mais eficaz e que atenda todos os sujeitos ali presente dentro da sala de aula.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) realmente vai além de uma simples reposição de escolaridade; ela desempenha um papel transformador na vida dos sujeitos envolvidos. Ao proporcionar a oportunidade de leitura, escrita e aquisição de conhecimentos, a EJA capacita os estudantes a enxergarem o mundo de uma maneira mais ampla e crítica.

Além disso, a perspectiva emancipatória que você mencionou é fundamental. Ao se tornarem sujeitos ativos no processo educacional, os alunos da EJA não apenas adquirem conhecimentos acadêmicos, mas também desenvolvem habilidades de pensamento crítico, autonomia e a capacidade de contribuir para uma sociedade mais justa.

Uma perspectiva muito importante sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é o papel que tem na emancipação dos estudantes. A EJA, ao proporcionar oportunidades educacionais para aqueles que foram excluídos do sistema formal de ensino, desempenha um papel crucial na luta contra a exclusão social e na busca pela emancipação dos indivíduos.

A referência a Paulo Freire na sua obra "Pedagogia do Oprimido" é muito pertinente, pois, Paulo Freire defendia uma pedagogia libertadora, na qual os oprimidos não apenas adquirem conhecimento, mas também se engajam em uma luta

pela reconstrução de sua humanidade e pela conquista da liberdade. A educação, nesse contexto, não é apenas um meio de transmissão de informações, mas um instrumento de transformação social.

Paulo Freire trouxe contribuições significativas ao destacar a necessidade de uma pedagogia que não apenas transmita conhecimentos, mas que também promova a reflexão crítica e a emancipação dos indivíduos.

A valorização do multiculturalismo e o reconhecimento do direito de ser diferente são princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao oferecer oportunidades de retorno aos estudos para pessoas que, por diferentes motivos, não tiveram acesso à educação na idade apropriada, desempenha um papel vital na promoção da inclusão social e na construção de trajetórias de conquistas pessoais e sociais. A visão da EJA como um meio para resgatar o tempo perdido e proporcionar a inserção no meio social é fundamental para compreender seu impacto transformador.

3.1 A educação é um Direito Humano

A importância da educação como um direito é fundamental para o papel na formação de cidadãos autônomos na sociedade contemporânea, onde o conhecimento desempenha um papel central. O acesso à educação é, de fato, um direito reconhecido internacionalmente, como destacado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

É fundamental garantir que todos tenham a oportunidade de exercer seu direito à educação, independentemente de suas origens ou condições. Além do acesso, aspectos como qualidade, inclusão e equidade também são essenciais para assegurar que a educação cumpra seu papel transformador e emancipatório na vida das pessoas.

O direito à educação não se limita apenas a crianças e jovens, mas deve ser um direito contínuo e acessível a todos, independentemente da idade ou condição social. A promoção da educação permanente é fundamental para garantir que as oportunidades de aprendizado estejam disponíveis ao longo da vida.

Além disso, ao priorizar o acesso à educação para grupos mais vulneráveis, como analfabetos e pessoas privadas de liberdade, estamos trabalhando para alcançar uma

sociedade mais inclusiva. O analfabetismo, de fato, pode representar a negação de um direito fundamental, como você ressaltou, e superar essa barreira pode abrir portas para a participação plena na sociedade.

A ênfase na ética e na justiça ao oferecer oportunidades educacionais a todos, independentemente das condições sociais, está alinhada aos princípios dos direitos humanos. O acesso à educação é um instrumento poderoso para promover a igualdade e empoderar os indivíduos.

A educação para pessoas privadas de liberdade é um componente crucial para a ressocialização e a reintegração desses indivíduos na sociedade.

A abordagem de Gadotti (2007), sobre a educação de adultos como uma educação em direitos humanos destaca a importância de integrar os princípios e valores fundamentais dos direitos humanos nos conteúdos, materiais e metodologias educacionais. Essa perspectiva reconhece que a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas também uma ferramenta poderosa para promover a conscientização, a justiça social e a participação cidadã.

Ao considerar a diversidade presente na educação de jovens e adultos, é fundamental incorporar uma abordagem inclusiva que respeite e valorize as diferentes vivências, saberes e culturas dos aprendizes.

A intergeracionalidade, mencionada por Gadotti, destaca a troca de conhecimentos entre diferentes faixas etárias, enriquecendo o ambiente educacional.

Além disso, a promoção dos direitos humanos na educação de adultos envolve a criação de um ambiente educacional que permita que os alunos vivenciem esses direitos na prática.

Isso pode incluir práticas pedagógicas que incentivem o respeito mútuo, a liberdade de expressão, a igualdade e a participação ativa na comunidade.

Essa abordagem holística não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico, mas também capacita os aprendizes a se tornarem cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades na sociedade.

O acesso à educação dentro do sistema prisional não deve depender apenas da boa vontade de diretores ou de recursos limitados, é fundamental reconhecer a educação para adultos, incluindo aquelas pessoas privadas de liberdade, como uma parte integral dos direitos humanos.

Ao integrar a educação nas prisões à campanha mundial pelo direito à educação, podemos aumentar a conscientização sobre essa questão e promover mudanças significativas nas políticas e práticas. A educação em direitos humanos é uma abordagem essencial, destacando a importância não apenas do conteúdo educacional, mas também das metodologias que respeitam e promovem os direitos dos aprendizes.

A diversidade e as múltiplas vivências presentes na educação de jovens e adultos, especialmente nas prisões, destacam a necessidade de abordagens pedagógicas flexíveis e sensíveis.

O diálogo entre saberes e culturas pode enriquecer a experiência educacional, contribuindo para a transformação e a reinserção desses indivíduos na sociedade.

Ao falarmos sobre a diversidade e desigualdade, destacamos diferentes grupos de pessoas que enfrentam desafios únicos em suas trajetórias de vida. É crucial reconhecer e abordar as desigualdades sociais e econômicas para criar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Possui uma grande riqueza de experiências e perspectivas que pode enriquecer a sociedade. No entanto, as desigualdades persistentes representam obstáculos significativos para muitos grupos, afetando seu acesso a direitos básicos, incluindo a educação.

De acordo com Gadotti (2013, p.14), o autor enfatiza a diversidade presente na sociedade brasileira, composta por uma variedade de grupos étnicos, sociais, culturais e econômicos. Ele destaca que a riqueza dessas trajetórias de vida, representadas por negros, brancos, indígenas, mestiços, homens, mulheres, jovens, adultos, idosos e vários outros grupos, é significativa.

Contudo, Gadotti também ressalta que essa diversidade coexiste com desigualdades sociais e econômicas profundas, presentes em diferentes aspectos da vida, como acesso à educação, emprego, habitação e oportunidades. Essas desigualdades são percebidas em comunidades urbanas e rurais, afetando grupos específicos, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, pantaneiros, camponeses, sem-terra, sem-teto, sem emprego e residentes das periferias.

A desigualdade social e econômica é um desafio complexo e multifacetado que envolve questões estruturais profundas na sociedade. Superar essas desigualdades

requer abordagens holísticas, políticas públicas eficazes e um compromisso coletivo para promover a equidade e a justiça social

Lutar pelo direito à educação não deve ser visto isoladamente, mas sim como parte integrante de um esforço mais amplo para garantir igualdade de oportunidades. Isso inclui não apenas oferecer programas educacionais, mas também criar condições favoráveis para o aprendizado, como transporte acessível, instalações adequadas e materiais educacionais suficientes.

Além disso, a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso, que promova o diálogo e a compreensão entre diferentes grupos, é fundamental.

Em relação a falta de bolsas de estudos que são insuficientes para fazer a pós-graduação, e até mesmo a falta de apoio para pessoas analfabetas, podemos destacar alguns pontos importantes, a falta de apoio e bolsas de estudo para pessoas analfabetas destaca uma lacuna crítica na oferta de oportunidades educacionais. Investir em programas de alfabetização e educação básica para adultos é fundamental para criar uma base que possibilite a participação em níveis mais avançados de estudo.

As políticas educacionais devem ser desenvolvidas com uma abordagem inclusiva, reconhecendo as diversas realidades dos aprendizes. Isso inclui não apenas fornecer educação básica, mas também criar caminhos acessíveis para a educação continuada e avançada, e com a necessidade de trabalhar para sustentar a família é uma realidade para muitas pessoas, tornando difícil dedicar tempo e recursos aos estudos. Políticas que abordam questões econômicas, como acesso a empregos bem remunerados e suporte financeiro, podem ajudar a aliviar esse fardo.

O investimento público na educação é crucial para superar barreiras financeiras e proporcionar oportunidades educacionais a todos os cidadãos. Políticas que buscam aumentar os recursos disponíveis para programas educacionais podem ser essenciais para criar uma sociedade mais justa e equitativa, integrar programas sociais e educacionais pode ser uma estratégia eficaz. Isso pode incluir bolsas de estudo, subsídios ou outros apoios financeiros específicos para grupos que enfrentam dificuldades significativas, como pessoas analfabetas.

A conscientização sobre essas questões e a advocacia por políticas mais inclusivas são fundamentais. A pressão pública pode desempenhar um papel importante na defesa por mudanças significativas nas políticas educacionais.

Ao abordar essas questões, é possível criar um ambiente mais propício para que todas as pessoas, independentemente de sua situação inicial, tenham acesso a oportunidades educacionais e possam contribuir plenamente para a sociedade.

A importância da aprendizagem ao longo da vida e ressalta que a idade não deve ser um impedimento para buscar conhecimento, a ideia de que nunca é tarde para aprender é fundamental. Independentemente da idade, todos têm o potencial de adquirir novos conhecimentos e desenvolver habilidades ao longo de sua vida e a aprendizagem não deve ser limitada por faixa etária.

Ambientes educacionais que integram jovens, adultos e crianças podem enriquecer a experiência de aprendizado, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre gerações, às histórias de pessoas mais velhas que retornam à escola e alcançam seus objetivos educacionais, como concluir uma faculdade, são inspiradoras.

Esses relatos demonstram a resiliência e a determinação de indivíduos em buscar educação, independentemente das circunstâncias.

Dentro dessas perspectivas trago o relato de minha mãe Rosangela Costa, que através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), teve a oportunidade de retornar para sala de aula.

Em 2005 surgiu uma oportunidade de crescimento profissional na empresa Fidellity, nessa época ela trabalhava de serviços Gerais, dentro dessa empresa surgiu a oportunidade para ela crescer profissionalmente mais somente com a condição de que voltasse a estudar novamente, com essa nova oportunidade que surgiu na época a mesma conclui seus estudos, teve a oportunidade de fazer parte do admirativo da empresa Fidellity, atualmente a minha mãe cursa o curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras / Português) no Instituto Federal de Goiás, pra ela isso foi uma grande realização na sua vida e um passo muito importante para o seu crescimento profissional.

Criar ambientes educacionais inclusivos é crucial. Isso envolve não apenas a eliminação de barreiras físicas, mas também o desenvolvimento de métodos de ensino flexíveis e adaptativos que atendam às necessidades de diversos grupos, o aprendizado não se limita à aquisição de informações, mas também envolve o desenvolvimento de pensamento crítico. Ao promover uma abordagem mais crítica, a educação capacita os indivíduos a analisar e questionar o mundo ao seu redor.

A diversidade de idades em salas de aula pode enriquecer o ambiente educacional, permitindo que os alunos compartilhem suas experiências de vida. Isso contribui para uma compreensão mais holística e uma troca valiosa de perspectivas.

Promover uma cultura de aprendizado ao longo da vida e ambientes educacionais inclusivos é fundamental para construir sociedades mais resilientes e adaptáveis. A valorização da diversidade de idades e experiências enriquece não apenas a educação, mas também o tecido social como um todo.

É fundamental reconhecer a importância da educação como um direito universal e garantir que todos, independentemente da idade, tenham acesso a oportunidades educacionais adequadas. O combate ao analfabetismo é uma parte crucial desse esforço, mas a atenção deve se estender além disso, abrangendo a educação básica para todas as faixas etárias.

As políticas educacionais devem ser abrangentes e inclusivas, abordando não apenas o analfabetismo, mas também assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente da idade. Isso é especialmente relevante para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que desempenha um papel significativo na reintegração de indivíduos à educação e na promoção da inclusão social.

O investimento em recursos educacionais, programas flexíveis e estratégias adaptativas é essencial para atender às diversas necessidades dos aprendizes de diferentes faixas etárias. Além disso, é crucial promover uma conscientização contínua sobre a importância da educação ao longo da vida e superar quaisquer barreiras que possam impedir o acesso de certos grupos à aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha, de fato, um papel crucial na sociedade, proporcionando uma oportunidade valiosa para aqueles que, por diferentes motivos, precisaram interromper seus estudos. Seu impacto vai além da simples reposição de escolaridade, pois se estende à promoção da inclusão social, ao resgate da autoestima e à criação de novas perspectivas de vida.

O entendimento dos fatores que motivam esses sujeitos a retornarem aos estudos é fundamental para desenvolver abordagens educacionais mais eficazes. Ao reconhecer as particularidades e necessidades dos alunos da EJA, é possível criar práticas educativas mais adaptadas, considerando as diversidades de experiências de vida, idades e contextos sociais.

A inclusão social desses sujeitos não se limita apenas ao acesso à sala de aula, mas também envolve a construção de um ambiente educacional acolhedor e estimulante. A pesquisa destaca a importância de práticas educativas diferenciadas, indicando que a abordagem pedagógica deve ser sensível às necessidades específicas desses aprendizes.

Ao abordar aspectos históricos, legais e sociais relacionados à EJA, a pesquisa oferece uma visão abrangente do contexto dessa modalidade de ensino. A análise desses elementos contribui para uma compreensão mais profunda da importância da EJA na inclusão social e no empoderamento dos sujeitos que a integram.

Por meio desse trabalho, espera-se que a relevância da EJA na promoção da inclusão social tenha sido destacada, ressaltando a necessidade contínua de investimento e aprimoramento nessa modalidade educacional para atender eficazmente às demandas de seus diversos sujeitos.

Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa modalidade educacional possui um grande papel na inclusão social e possui desafios significativos que ainda precisam ser superados.

A falta de investimentos e recursos adequados é, de fato, um desafio que pode afetar diretamente a eficácia da EJA. A implementação de políticas educacionais e a destinação de recursos suficientes são passos fundamentais para garantir que todos tenham acesso real à educação, conforme estabelecido como um direito básico.

A compreensão do perfil dos sujeitos envolvidos na EJA é essencial para criar abordagens pedagógicas mais adequadas. Ao abordar temas que ressaltam a importância da EJA na vida desses alunos, é possível sensibilizar a sociedade sobre a relevância dessa modalidade educacional e promover mudanças positivas em políticas e práticas educacionais.

Destacar o papel dos professores na formação desses alunos é crucial. A formação de professores para atuar na EJA deve considerar as especificidades desse público, promovendo abordagens pedagógicas inclusivas, sensíveis às diversas experiências de vida e trajetórias educacionais dos estudantes da EJA.

A necessidade de incluir discussões sobre a EJA na formação de professores é valiosa, pois isso pode contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades relacionados a essa modalidade de ensino. Essa consciência pode inspirar práticas pedagógicas mais eficazes e impactantes na vida dos alunos da EJA.

E importantes e enfatiza a necessidade de esforços contínuos para melhorar a qualidade e a acessibilidade da Educação de Jovens e Adultos, garantindo que ela cumpra seu papel crucial na inclusão social e no desenvolvimento humano.

Especialmente durante o estágio remoto voltado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), despertou o meu interesse e compreensão sobre essa modalidade de ensino. O fato de ter familiares e amigos que passaram pela EJA também acrescentou na minha perspectiva de vida pessoal, e tornando valiosa à minha formação na área educação.

A teoria aprendida ao longo dos anos na formação acadêmica contribuiu significativamente para a minha formação e na preparação como professora. Essa conexão entre a teoria e a prática foi fundamental para a eficácia do ensino, especialmente ao lidar com públicos diversos, como os alunos da EJA.

Além disso, a sua constatação sobre a necessidade contínua de investimentos na EJA destaca um ponto crucial. A educação é um investimento no desenvolvimento humano e social, e a EJA desempenha um papel crucial na oferta de oportunidades educacionais para aqueles que não concluíram seus estudos no tempo regular.

O reconhecimento da EJA como uma oportunidade para os idosos realizar um sonho é notável. A busca por afetividade na relação entre professores e estudantes na EJA é fundamental, pois fortalece os laços e contribui significativamente para o

processo de aprendizado. A interação afetiva pode criar um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos idosos.

Além disso, a inserção social é destacada como um elemento crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao garantir o direito ao acesso à educação, trabalho e saúde, a sociedade cria condições para que os indivíduos assumam seus papéis de maneira plena. A EJA desempenha um papel importante nesse processo, oferecendo uma segunda chance para os idosos adquirirem conhecimentos e se reintegrarem socialmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/SECAD. Caderno 1: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BRANDÃO, C.R. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DAYRELL, Juarez. **A juventude e a Educação de Jovens e Adultos**: reflexões iniciais – novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogo na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2011.

Estatísticas e Indicadores Educacionais: Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Autor: Inep | Ano: 2023. Available at: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areasde-atuacao/pesquisas-estatisticas-indicadores/censo-escolar>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna : Fundação Santillana, 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. SciELO, São Paulo, n. 14, maio/ago 2000.

Ministério da Educação (SECAD). **Trabalhando com a educação de jovens e adultos**: Alunas e alunos da EJA. Brasília, 2006.

"**Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil**." Folha de S.Paulo, 2020. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negrossao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acessado em Agosto de 2023.

PORCARO, Rosa Cristina. **Educação de jovens e adultos**: A regulação das políticas educativas no Brasil. Disponível em www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc Acesso em, v. 11, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. 6ª ed.

UNESCO. Conferência internacional sobre a educação de adultos(V. 1997: Hamburgo, Alemanha): **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 02/02/2024 15:50:35.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/02/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 540210
Código de Autenticação: cef5987bb8

